

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Submeto à apreciação dos nobres Pares, Projeto de Lei que tem por objetivo a concessão do título honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao Senhor Ruy Lopes Filho, nos termos da Lei nº 9.659, de 22 de dezembro de 2004.

Nascido em Cruzeiro do Sul, no Município de Lajeado, neste Estado, mudou-se para Porto Alegre para estudar no Colégio Rosário, passando a residir na Avenida Independência, esquina com a Rua da Conceição.

Formou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964-1968), de cuja turma foi o orador. Naquele período, em 1967, foi Presidente do Centro de Estudos Universitários de Engenharia (CEUE), sendo um dos líderes da campanha *Liberdade com Responsabilidade* e, como líder estudantil, de 1965 a 1968, foi contemporâneo do ex-Vereador Reginaldo Pujol.

Pós-graduado em Engenharia Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969), teve, como Professor de Finanças, o Senhor Geraldo Hess.

Trabalhou como executivo do Citybank por dois anos, tendo sido, em 1971, contratado pelo Grupo Gerdau/Porto Alegre, onde iniciou suas atividades profissionais no setor financeiro corporativo. Nessa empresa, onde trabalha ainda hoje, ocupou, seqüencialmente, de 1975 a 1982, os cargos de Gerente Administrativo da Comercial Gerdau, Gerente Geral Administrativo do Grupo Gerdau e Gerente Geral Financeiro do Grupo. A partir de 1982, atuou como Diretor do Grupo Gerdau na seguinte ordem: Diretor Financeiro, Diretor de Planejamento, Diretor Executivo da Gerdau Serviços de Informática, Diretor Executivo da Comercial Gerdau e Diretor Executivo da Laminadora do Sul S.A.

Durante o período de maio de 2005 a janeiro de 2006, desempenhou o cargo de Diretor de Planejamento, Comunicação Social e Desenvolvimento de Negócios do Grupo. A partir de então, passou a Vice-Presidente de Projetos Estratégicos.

Ao longo de toda a sua vida profissional, tem feito palestras e participado de atividades públicas sobre questões de desenvolvimento, estratégia, reforma tributária e desenvolvimento da educação. Defende uma economia onde o Estado é responsável prioritariamente por educação, saúde e segurança, propugnando que o setor privado assuma crescentes responsabilidades sobre infraestrutura, energia, geração de empregos e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Também, tem participado como palestrante de fóruns internacionais

sobre siderurgia, globalização e desenvolvimento regional de países do hemisfério sul.

Recentemente, Ruy Lopes Filho foi um dos convidados para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades (CMDC 2008), realizada no mês de fevereiro, aqui em Porto Alegre. Defensor da privatização, abordou o tema Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a Modernização da Gestão Pública.

Dado o conteúdo riquíssimo da abordagem, com posições firmes que bem retratam todo o seu conhecimento e experiência, acumulados que foram ao longo dos anos, permitimo-nos reproduzir, na íntegra, reportagem veiculada na revista *Bens & Serviços*, da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, edição de março deste ano¹:

***B&S** A sustentabilidade virou palavra de ordem no século 21, mas ainda são poucas as ações colocadas em prática em âmbito público e privado. Como o senhor avalia o desenvolvimento econômico sob essa ótica?*

Lopes Filho O mundo moderno não admite mais uma empresa que só busque resultados econômicos. É preciso buscar resultados sociais, por meio dos quais a sociedade participe dos benefícios gerados, com respeito ao meio ambiente. Não podemos mais admitir empreendimentos que poluam o ar, a água ou o solo, motivo pelo qual as empresas têm procurado, em uma fase de avanço nos últimos anos, a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Lógico que ainda temos atrasos. As grandes organizações, que possuem mais poder econômico, avançam mais por gerarem mais impactos em suas expansões, mas as demais empresas também terão que se adaptar, não apenas indústrias, como comércio, serviços e outras.

***B&S** Como é possível identificar os limites da exploração, de modo que não haja danos excessivos ao ecossistema?*

Lopes Filho O uso dos bens da natureza está sendo regido cada vez mais por leis e restrições ambientais, e cabe às empresas cumprir rigorosamente tais determinações. Algumas até se antecipam a tais leis, implementando políticas exemplares no que diz respeito à sustentabilidade. Mas o importante é uma boa fiscalização para assegurar, no mínimo, um bom cumprimento das normas e que as empresas sejam responsáveis pelo que praticam. O Brasil tem um defeito chamado impunidade, e isso deve ser combatido para que possamos garantir a sobrevivência de nossos descendentes pelas próximas gerações.

***B&S** Como se pode viabilizar a aplicação das tendências discutidas em eventos como a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades?*

¹ ONDE está a sustentabilidade. **Bens e Serviços**. Porto Alegre: Fecomércio, nº 35, p.19-23, mar. 2008.

Lopes Filho Esse evento foi muito importante pela abertura e pela inserção de vários segmentos na discussão sobre o desenvolvimento das cidades. Vivemos em cidades cada vez mais distantes do meio rural, então temos que transformar as cidades em um ambiente saudável, agradável e de convivência com todos os segmentos da sociedade. Temos que buscar qual a vocação de cada cidade, seja turismo, serviços, indústria, comércio ou outro. Em relação a Porto Alegre, por exemplo, penso que existe a vocação de ser um centro de excelência em medicina. Também existe um destaque no ramo das artes, na medida em que possuímos a Fundação Iberê Camargo, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs) e sediamos a Bienal do Mercosul. Cada cidade tem que buscar sua vocação, que é o grande desafio para transformar cada uma em referência em algum aspecto para o mundo. Penso que essa conferência se difere do Fórum Social Mundial porque não excluiu a participação de ninguém, sendo aberta e sem restrições em relação a setores econômicos ou ideologias.

B&S *Se o senhor tivesse que eleger uma vocação para o Rio Grande do Sul, qual seria ?*

Lopes Filho O Estado tem uma vocação agropecuária básica que não se pode desprezar, mas também deveríamos investir em uma especialização em alta tecnologia, agregando valor de forma intensa aos produtos na parte de eletrônica e informática. Existem inúmeros exemplos de cidades que se especializaram nesse quesito na Irlanda, na Finlândia e na Índia, sendo que o Rio Grande tem potencial na área, com mão-de-obra extremamente qualificada. Falta a decisão de investir mais, de não parar nunca de evoluir, educando e atualizando pessoas tecnologicamente.

B&S *Como a sociedade pode e deve participar da gestão pública?*

Lopes Filho O que falta é uma organização mais eficiente nesse aspecto. O governo precisa ser mais transparente, de modo a não manipular a opinião pública como era feito no passado. Acho que, assim como foi feito durante a CMDC 2008, deveríamos criar fóruns para discutir os problemas e a vocação das cidades. Há uma iniciativa muito interessante da Câmara de Vereadores, de autoria do Vereador Sebastião Melo [...], que é formar um conselho de desenvolvimento de Porto Alegre. Acho que a Câmara pode exercer esse papel de fórum de debates para discutir uma visão estratégica das cidades.

B&S *Isso pode ser feito em curto prazo?*

Lopes Filho Como um homem de planejamento, acredito que nada se muda em curto prazo ou com uma gestão pública que é modificada a cada quatro anos, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. É preciso uma visão de longo prazo. Em uma empresa como a em que eu trabalho aplicamos sempre uma visão de dez anos, com foco em novos mercados e oportunidades. No caso de uma administração municipal, estadual ou federal, essa visão de longo prazo não deveria ser inferior a

30, 40 ou 50 anos, sendo necessário pensar sempre duas gerações a frente. Um país como a Índia, com 700 milhões de pessoas sem condições de educação, saúde, habitação, saneamento e sem recursos para resolver essa situação, optou por dar chance a toda a criança que nascer a partir de agora. Ou seja, cada criança que nascer hoje na Índia terá saúde, saneamento, alimentação e educação. É uma escolha, visto que o governo não podia resolver o problema de 700 milhões se todo ano nascessem outros 20 milhões, tendo sido decidido salvar as próximas gerações. No Brasil temos aproximadamente 40 milhões de pessoas em condição de pobreza. É muito fácil resolver esse problema, sendo necessária praticamente apenas uma geração para tanto. É só querer fazer e gerir melhor os recursos do país.

B&S Qual o papel da iniciativa privada nesse contexto?

Lopes Filho As empresas privadas têm algumas obrigações básicas: produzir um produto ou um serviço que possa ser absorvido pelos consumidores, gerar emprego, proporcionar lucro para os acionistas e pagar impostos. Por sua vez, o governo deveria usar melhor os recursos tributários para arcar com suas responsabilidades. Hoje, 40% do PIB são pagos em impostos e não se tem saúde, educação, segurança ou infraestrutura. A pergunta é para onde estão indo os [...] que pagamos aos governos? É preciso transformar isso em serviços para a população. Além disso, as empresas têm obrigações com seus empregados, como complementação de aposentadoria, vales-refeição e transporte, seguro-saúde, que são benefícios que deveriam partir do dinheiro dos impostos. No fundo, as organizações privadas assumem nas comunidades em que operam responsabilidades com escolas, creches, melhorias nas cidades. As empresas estão extremamente oneradas por políticas públicas.

B&S Apesar do aumento considerável na quantidade de parcerias público-privadas no país, a população ainda encara esse tipo de medida com receio. A que o senhor atribui essa desconfiança?

Lopes Filho Cultura. Há um segmento da sociedade que ainda não entende que a produtividade dos recursos privados é muito maior que a dos impostos pagos aos governos. Então as parcerias público-privadas, especialmente para resolver questões de infra-estrutura, como portos, estradas e ferrovias, são uma tendência irreversível no mundo e no Brasil. O governo federal já está fazendo esse tipo de concessão, e no Rio Grande do Sul, por exemplo, temos estradas boas pedagiadas e estradas ruins não-pedagiadas, porque o Estado não tem recursos para investir. E quem pode investir vai querer algum tipo de rentabilidade. Nesse contexto, é preciso incrementar as parcerias público-privadas para que melhore a nossa infra-estrutura enquanto não houver um crescimento maior da economia e um desafogo das políticas públicas. Para 2008, o Rio Grande do Sul tem cerca de R\$ 10 milhões para investir, sendo que é um Estado carente em rodovias, portos, energia e comunicações.

***B&S** Muito se tem falado das Oscips como alternativa para a administração pública. Até que ponto esse tipo de parceria pode ir sem que seja uma transferência de papel do governo para entidades pertencentes à iniciativa privada?*

Lopes Filho Trata-se de uma questão de limites. O governo não poderia abrir mão de três áreas básicas, que são educação, saúde e segurança. Na parte de infra-estrutura e logística, por exemplo, poderia haver uma gestão por meio das Oscips. Mas o problema desse tipo de iniciativa, como acontece também com as ONGs, é a impunidade e a falta de fiscalização. Se o governo utiliza recursos públicos em convênios com organizações sem fins lucrativos, tem absoluta obrigação de fiscalizar se essa verba foi aplicada em sua finalidade, sendo que o que se vê hoje é a falta desse controle, o que propicia desvio de verbas e impunidade. Então, se for feita alguma iniciativa desse tipo, é preciso estabelecer regras, objetivos e indicadores muito claros, além da prestação de contas. Se houver isso, teremos mais produtividade e retorno do dinheiro público.

***B&S** O senhor trabalha em uma multinacional com unidades em diversos estados do Brasil e outros países, o que lhe permite ter acesso a diversas políticas de parcerias público-privadas. Existe algum modelo em especial a ser utilizado no Rio Grande do Sul ?*

Lopes Filho A Holanda possui administração portuária privada, e creio que o Rio Grande do Sul deveria privatizar o porto de Rio Grande, que traria muito mais agilidade e eficiência. Tudo aquilo que puder ser agilizado e ao mesmo tempo desonerar o Estado deveria ser privatizado, como estradas e energia. Até hoje, dois setores da infra-estrutura brasileira sofreram privatização absoluta: siderurgia e telecomunicações. Nesse último caso, o setor passou a funcionar muito bem. Antigamente uma linha de telefone fixo custava uma fortuna, enquanto hoje se podem obter linhas de graça em diversas operadoras. Qualquer prestador de serviço porta um celular e pode ser encontrado em qualquer local onde estiver, o que representa um enorme avanço de produtividade. A siderurgia também funciona muito bem, ao contrário das antigas empresas que geravam gigantescos prejuízos ao setor público.

***B&S** O senhor acha que esse comportamento é uma tendência nacional?*

Lopes Filho Acho que sim. O próprio governo federal, que tinha como princípios a não-privatização, está privatizando energia e fala em privatizar até a Infraero para tentar resolver o apagão aéreo do país.

***B&S** Como conciliar incentivo ao empreendedorismo e cumprimento de legislação e de carga tributária?*

Lopes Filho A primeira necessidade é baixar a carga tributária, e a segunda é acabar com a burocracia. O brasileiro não pode demorar 150 dias para abrir uma empresa e dez anos para fechá-la. Isso é uma falta de

incentivo às pessoas que têm nisso sua vocação básica, sendo que o Rio Grande do Sul é um dos estados com maior disposição empreendedora do país. Em diversas regiões da Serra, por exemplo, dificilmente se encontram empregados para trabalhar, pois praticamente todo mundo monta um negócio próprio. Mas a burocracia é tanta e os impostos são tão altos que muita gente acaba indo para a informalidade. É um absurdo o governo empurrar as pessoas para a informalidade por questões que o Estado deveria resolver a fim de gerar mais riquezas e recursos.

***B&S** A reforma tributária planejada pelo governo acaba não propondo uma redução nos impostos, e sim uma simplificação. Como o senhor avalia isso?*

Lopes Filho Esse é o problema. Estatísticas apontam que 40% do PIB brasileiro estão na informalidade. Então 60% do PIB são responsáveis pelos impostos. Se a receita obtida totaliza quase 40% do PIB, pode-se concluir que quem é formal paga um preço brutal, o que cria um desbalanceamento enorme na economia. É necessário trazer para a formalidade esse 40% do PIB que não têm condições de arcar com todos os tributos pelos altos custos demandados. São anos de briga por uma reforma tributária que está pífia, enquanto a desculpa sempre é de que não é o momento, seja por ser ano de eleição, por não haver base ou por outro motivo. Mas o que falta, no fundo, é vontade política, pois para fazer uma reforma é preciso causar certo desconforto em algumas áreas, o que pode prejudicar a aprovação dos governos. No fundo, se está bom fica como está. E o Brasil, como um todo, piorando sua competitividade perante os demais países.

Sábias palavras! Ruy Lopes Filho, aliás, tem demonstrado sobejamente, mercê de uma visão moderna, que é possível, sim, acreditar e promover a transformação, tornando um Município melhor, um Estado melhor, um País melhor. Em seu périplo, tem sido ele um verdadeiro embaixador da nossa Capital, o que o credencia sobremaneira a merecer o título honorífico de Cidadão de Porto Alegre.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2008.

VEREADOR JOÃO ANTONIO DIB

PROJETO DE LEI

Concede o título honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao Senhor Ruy Lopes Filho.

Art. 1º Fica concedido o título honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao Senhor Ruy Lopes Filho, nos termos da Lei nº 9.659, de 22 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROC. N° 2243/08
PLL N° 072/08

/UM